



# Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 4,95%

## Embraer diz a órgão americano que tarifas seriam contra interesse dos EUA

Página 4

## Com juro alto, economia desacelera e cresce 0,5% no 2º trimestre, segundo FGV

Página 3

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, passou de 5,05% para 4,95% este ano. É a décima segunda redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus desta segunda-feira (18). A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,41% para 4,4%. Para 2027 e 2028, as previsões são

de 4% e 3,8%, respectivamente.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em julho, pressionada pela conta de energia mais cara, a inflação oficial divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fechou em 0,26%. Página 3

## Prova de Vida já foi feita por 90% dos beneficiários do INSS

O governo federal calcula que, em 2025, mais de 30,5 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) validaram a prova de vida, procedimento anual que garante a continuidade dos repasses previdenciários.

O número corresponde a 90% dos que precisam fazer o procedimento de comprovação de vida para garantir a continuidade dos benefícios.

“Trata-se de um procedimento importante para evitar fraudes e pagamentos indevidos e, por isso, ocorre periodicamente”, justifica a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

A verificação costuma ser feita por meio de cruzamento de dados oficiais, o que possibilita, à maioria dos beneficiários, não ser necessária a ida ao banco ou mesmo o acesso ao Meu INSS para manter o benefício ativo.

No caso de beneficiários não localizados pelo sistema automático, uma notificação exclusiva é enviada pelo banco responsável pelo pagamento do benefício.

O governo alerta que há golpistas tentando enganar aposentados e pensionistas com ligações e mensagens falsas, ameaçando corte do benefício, solicitando dados pessoais ou até marcando falsos agendamentos.

O INSS não liga pedindo a realização da Prova de Vida nem envia mensagens por WhatsApp, SMS ou aplicativos, ameaçando bloqueio imediato do benefício. Também não envia servidores às residências dos beneficiários para recolher documentos ou para fazer o procedimento de comprovação de vida.

“Desconfie de qualquer contato fora dos canais oficiais. Nunca informe dados pessoais, senhas ou documentos por telefone, mensagem ou para desconhecidos”, explicou a Secom.

### Meu INSS e 135

Caso alguma dúvida persista, é possível, ao beneficiário, fazer consultas sobre a necessidade ou não de fazer a comprovação de vida por meio do aplicativo Meu INSS; e do telefone 135 (de segunda a sábado, das 7h às 22h).

Pelo Meu INSS, basta acessar o site ou aplicativo, fazer login com CPF e senha, e seguir as instruções para reconhecimento facial, caso seja solicitado. Procure então o serviço “Prova de Vida”. Se aparecer a data da última atualização, está tudo certo.

“Caso apareça a mensagem ‘Comprovação de vida não realizada’, será preciso regularizar a situação”, informou o Planalto. (Agência Brasil)

## Aplicativo SP Mulher Segura permite fazer boletins de ocorrência e traz botão do pânico



Foto: Divulgação

Página 2

## AGU pede que Meta exclua chatbots que promovem erotização infantil

Página 7

## Publicidade legal: vitória da transparência e do bom senso no CNJ

Página 6

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,43  
Venda: 5,43

Turismo  
Compra: 5,44  
Venda: 5,62

### EURO

Compra: 6,34  
Venda: 6,34

## Esporte

# Diogo Moreira vence a segunda do ano e esta perto da MotoGP



Foto: MotoGP

**Diogo Moreira**#10 dominou de ponta a ponta na Austria

Uma vitória com “V” maiúsculo. Assim podemos chamar a grande conquista do brasileiro Diogo Moreira na Moto2 no último domingo, no belíssimo circuito Red Bull Ring, na cidade de Spielberg, Áustria. Após os GPs decepcionantes da Alemanha e República Tcheca, onde envolveu-se num grande acidente no primeiro e sendo penalizado e tendo que largar dos boxes no segundo, Diogo Moreira (Italtrans Racing Team) recuperou-se após as férias de verão com a conquista de vinte e cinco pontos, em uma corrida em que largou na 3ª posição. Página 8

# Cesar Ramos vence primeira de um Toyota Corolla Cross diante de casa cheia em Curvelo

O desfecho da quinta etapa da temporada 2025 da BRB Stock Car Pro Series foi muito bem-sucedido para Cesar Ramos, a Ipiranga Racing e a Toyota. O experiente gaúcho de 36 anos liderou praticamente de ponta a ponta a corrida principal no domingo (17) de muito calor no Circuito dos Cristais, em Curvelo, na região central de Minas Gerais (MG). Nem mesmo a intervenção do safety-car a dez minutos para o fim da prova, em cenário que juntou o pelotão, colocou em risco o quarto triunfo do piloto da equipe baseada em Petrópolis (RJ). Página 8



**Cesar Ramos**, oitavo vencedor diferente em nove corridas no ano

# Brasileiros garantem os títulos do Sul-Americano na 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro



Foto: Carol Salerno

**Núbia de Oliveira Silva** venceu no feminino

O Brasil conquistou, na manhã de domingo, os títulos do Campeonato Sul-Americano de Corrida de Rua, realizado na 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro. Nos 21 km, Núbia de Oliveira Silva venceu no feminino e no geral da prova, enquanto Fábio Jesus Correia sagrou-se campeão da América do Sul com o segundo lugar no geral da prova, vencida pelo queniano Nahason Kipsang.

Núbia, aliás, não só ganhou como recolocou o país no topo do pódio após sete anos, completando a prova, com largada no Leblon e chegada no Aterro do Flamengo, em 1h16min14. A segunda colocação foi da etíope Ayelu Lema Deme, 01h16min28, e a terceira da ugandense Emily Chebet, com 1h03min47.

No masculino, Fábio fechou os 21 km com a marca de 1h02min09 – melhor marca do ano e que o coloca em primeiro do ranking, ficando em segundo o equatoriano Luis Miguel Masabanda Ojeda, com 1h02min52, e o brasileiro Johnatas de Oliveira Cruz, com 1h03min04. O campeão

no geral foi o queniano Nahason Kipsang, com o incrível tempo de 1h01min38, um dos melhores tempos do país na temporada 2025 para a distância, superando as demais provas realizadas.

Nas outras duas provas do Sul-Americano, o Brasil também levou a melhor. Nos 5 km, os primeiros lugares foram de Wallace Evangelista Caldas, 14min24, e Tatiane Raquel da Silva, 16min16. Já na prova da milha, os vencedores foram André Carlos Sousa Sales, 03min59, e July Ferreira da Silva Abrão, que com 4min41 estabeleceu o novo recorde brasileiro da prova – o anterior era de 4min47, também dela. 1h02min52, e o brasileiro Johnatas de Oliveira Cruz, com 1h03min04.

Na classificação geral das equipes, com os tempos dos três melhores de cada país, o Brasil foi o melhor no geral: 1. Brasil, 2. Colômbia, e 3. Uruguai. Venceu também nos gêneros, sendo que o vice no masculino foi do Uruguai e no feminino a Colômbia. Página 8

# Fuvest abre inscrições para o vestibular 2026 da USP

As inscrições para o vestibular Fuvest de 2026 começaram às 12h desta segunda-feira (18). O processo seletivo é para os cursos de graduação da Universidade de São Paulo (USP), com ingresso previsto para o próximo ano.

Na seleção pelo vestibular 2026, são oferecidas pela USP 8.147 vagas, das quais 4.888 são reservadas para candidatos na modalidade Ampla Concorrência, 2.053 vagas para candidatos egressos da escola pública (EP) e 1.206 para pessoas egressas de escolas públicas autodeclaradas negras, de cor preta ou parda e indígenas (EP/PPI).

A primeira fase do vestibular será no dia 23 de novembro e a

segunda, nos dias 14 e 15 de dezembro – veja calendário completo abaixo.

## Guia de Provas

Os candidatos ao Vestibular 2026 da Fuvest já podem acessar aqui no site o Guia de Provas. A publicação apresenta tudo o que o vestibulando precisa saber sobre as provas para que possa se preparar com mais clareza e confiança.

Detalhes sobre a Primeira e a Segunda Fases, nota de corte, habilidades avaliadas pela Fuvest, métodos de correção em cada fase, critérios próprios de correção da redação e como é calculada a nota final são alguns dos tópicos abordados pelo guia, além, claro, do



Foto: Governo de SP

conteúdo das provas.

Vale lembrar que o Programa do Vestibular para 2026 apresentou mudanças aprovadas pelo Conselho de Graduação da Universidade de São Paulo. As novidades estão em conformidade com a nova Base Nacional Comum Curricular, estabelecida pelo Ministério da Educação.

Como ressalta o diretor-executivo da Fuvest, Gustavo Monaco, as provas serão compostas por questões que conectam conhecimentos de diferentes áreas, ou seja, terão ainda mais interdisciplinaridade. Além disso, passarão a ser exigidas de forma mais direta matérias de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física.

Quanto à redação, será apresentada aos candidatos uma única coletânea de textos, articulados entre si, e que dará origem a duas propostas, das quais cada

candidato escolherá elaborar uma e somente uma única delas: a primeira, sempre, de natureza dissertativo-argumentativa e a segunda, de natureza narrativa, a partir de outro gênero textual, que o candidato conhecerá no momento da prova.

O Guia de Provas faz parte do conjunto de guias da Fuvest, que, a cada etapa da preparação para o Vestibular 2026, disponibiliza uma publicação on-line customizada com informações para auxiliar o candidato. Já foram lançados o Guia de Inclusão, o Guia de Carreiras e o Guia de Jornada.

## Guia de carreiras

Quem pretende concorrer a uma vaga na USP em 2026 já pode obter informações sobre a Universidade, seus cursos e formas de ingresso consultando o Guia de Carreiras do Vestibular 2026,

produzido pela Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest). A publicação está disponível para download gratuito no formato PDF e no formato on-line dinâmico (pelo site da Fuvest), e busca apoiar o estudante no primeiro passo do vestibular: a escolha da carreira.

Ao acessar o guia, o vestibulando fica sabendo das possibilidades de acesso à Universidade (vestibular, Enem USP e Prova Paulista Seriado), conhece os sete campi da USP, distribuídos pelo estado de São Paulo – Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos e São Paulo –, com suas faculdades, e também seus museus e centros de pesquisa situados fora desses espaços, além de saber mais sobre as provas da 1ª e da 2ª fase do vestibular.

Ao todo, a publicação apresenta 74 carreiras divididas em Ciências Biológicas (20 carreiras), Biológicas/Exatas (uma carreira), Exatas (22 carreiras) e Humanas (31 carreiras) e seus respectivos cursos, além de três carreiras de treinamento dedicadas a pessoas que não tenham terminado, nem vão terminar, o ensino médio ou equivalente no ano letivo de 2025, ou que não tenham curso superior e reconhecido concluído, para que possam

se familiarizar com as provas do vestibular, lembrando que são vagas de simulações sem direito a matrículas.

O Guia de Carreiras faz parte do conjunto de guias da instituição, que, a cada etapa da preparação para o vestibular 2026, disponibilizará uma publicação on-line customizada com informações para auxiliar o candidato. Além do Guia de Carreiras, serão lançados ainda neste mês o Guia de Jornada e o Guia de Provas, que apresentam, respectivamente, as etapas da inscrição até a matrícula e as informações sobre como se preparar para as provas.

## Calendário do Vestibular Fuvest 2026

Inscrições: 18/08 a 07/10/2025

Primeira Fase: 23/11/2025

Segunda Fase: 14 e 15/12/2025

Provas de competências específicas – Música: 09 a 12/12/2025

Provas de competências específicas – Artes Visuais: 11/12/2025

Prova de competências específicas – Artes Cênicas: 5 a 9/01/2026

Primeira chamada: 23/01/2026

Para mais informações, os candidatos devem visitar o site oficial da Fuvest. (Governo de SP)

**CESAR NETO**

www.jornalistacesarneto.com



## CÂMARA (São Paulo)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da literatura bíblica. Cristãos e vereadores(as) podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## PREFEITURA (São Paulo)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. O cristão e prefeito Nunes pode usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## ASSEMBLEIA (São Paulo)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. Cristãos e deputados(as) podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## GOVERNO (São Paulo)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. O cristão e governador Tarcísio pode usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## CONGRESSO (Brasil)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. Cristãos senadores(as) e deputados(as) podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## PRESIDÊNCIA (Brasil)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. Os cristãos Lula e Alckmin podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## PARTIDOS (Brasil)

As ‘diplomacias’ de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. Cristãos donos dos partidos podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## JUSTIÇAS (Brasil)

As ‘diplomacias’ [e leis] de Trump (EUA) e Putin (Rússia) ... ou qualquer país, inclusive com governos religiosos ... não têm o poder de mudar as Profecias da Literatura Bíblica. Cristãos [no Direito] podem usar as Éticas [de DEUS no Cristo]

## ANO 33

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” na Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” na Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

## Aplicativo SP Mulher Segura permite fazer boletins de ocorrência e traz botão do pânico

O aplicativo SP Mulher Segura, do Governo de São Paulo, é uma ferramenta gratuita que facilita o pedido de ajuda e o acesso a serviços de proteção para vítimas de violência doméstica. Ele faz parte da rede de proteção à mulher do Governo de São Paulo, que ganha destaque durante o Agosto Lilás.

O aplicativo SP Mulher Segura permite o registro de boletins de ocorrência 24 horas por dia e foi desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Outro diferencial da ferramenta é o botão do pânico, que pode ser acionado por mulheres com medidas protetivas que precisem de ajuda imediata. O pedido é registrado pela central da Polícia Militar, que envia socorro ao endereço geolocalizado pelo app.

O número de pedidos de medidas protetivas ajuizadas em favor de mulheres no estado de São Paulo subiu em 2025: de janeiro a julho, foram registrados 67.990 pedidos, um aumento de 22,3% em relação ao mesmo período de 2024.

O aplicativo SP Mulher Segura está disponível para dispositivos iOS e Android gratuitamente.

Na página inicial, é possível acessar um menu com três opções: Registro de Boletim de Ocorrência de Violência Doméstica contra a Mulher Rede de Proteção SOS – Botão do Pânico

O registro do Boletim de Ocorrência permite formalizar e documentar a situação sem que a mulher precise sair de casa, sendo uma alternativa mais segura. É necessário preencher informações básicas, como dados pessoais da vítima, grau de relacionamento com o agressor e quantidade de filhos. O registro é encaminhado diretamente para a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

“A criação do aplicativo foi um grande avanço, porque permite que a mulher tenha informações sobre os serviços prestados pelos órgãos públicos em apoio à violência, além do botão do pânico: quando ela tem uma medida protetiva decretada, ela pode acionar o botão do pânico e imediatamente uma viatura será deslocada para o local de risco”, diz Adriana Liporoni, delegada e coordenadora das DDMs.

O botão do pânico permite acionar rapidamente a Polícia Militar em casos de emergência. A localização da vítima é enviada e, se o agressor estiver sendo monitorado por tornozeleira eletrônica, o sistema cruza os dados por georreferenciamento. Se for detectada aproximação, o Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) é avisado e uma viatura é despachada para o local.

“É uma forma facilitada de solicitar a viatura. A equipe mais próxima vai ao local e a Cabine Lilás

dá suporte fazendo contato com a vítima e verificando as características do agressor para uma possível abordagem”, explica a cabo Semíramis, da Polícia Militar.

A Cabine Lilás é um serviço especializado da PM localizado no Copom e que presta atendimento exclusivo a mulheres. Ele está disponível na capital, são José dos Campos, São José do Rio Preto, Bauru, Campinas e Sorocaba

Para acessar o SP Mulher Segura, é preciso realizar o login com a conta gov. É por lá que se identifica a existência de uma medida protetiva para a mulher.

O aplicativo também reúne links úteis sobre acolhimento e outros serviços disponíveis em diferentes municípios. Entre eles, estão os sites da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Secretaria de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo — na aba do protocolo “Não se Cale” e no Portal da Mulher Paulista.

Em junho deste ano, uma mulher da cidade de Jarinu, interior de São Paulo, foi ameaçada por um ex-companheiro dentro de sua casa. Logo depois de acionar a Polícia Militar, uma policial da Cabine Lilás assumiu a ocorrência, entrou em contato e orientou a vítima a fazer o download do SP Mulher Segura. Com isso, a vítima conseguiu fazer o registro do Boletim de Ocor-

rência de forma remota, sem precisar se deslocar até uma unidade policial.

“Primeiro você faz o Boletim de Ocorrência, depois pede a medida protetiva. Uma vez que você tiver medida protetiva contra ele (agressor), você consegue se cadastrar no aplicativo SP Mulher Segura e ter disponível o botão do pânico”, instruiu uma policial.

Durante cerca de 11 minutos de ligação, a policial instruiu como proceder com o registro das ocorrências, que envolveu ameaças à amiga da vítima. Os dados pessoais da vítima foram omitidos desta matéria por questões de segurança.

A conscientização pelo fim da violência contra a mulher é o foco do Agosto Lilás e um dos pilares do movimento SP por Todas, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para ampliar a visibilidade das políticas públicas para mulheres, bem como a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira para elas.

Essas frentes estão nos pilares da gestão e incluem soluções como o lançamento do aplicativo SP Mulher Segura, que conecta a polícia de forma direta e ágil caso o agressor se aproxime; e a criação de novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher 24 horas. Mais informações www.spportodas.sp.gov.br. (Governo de SP)

## Modernização da rodovia Padre Manoel da Nóbrega vai gerar empregos e impulsionar logística na região

A modernização promovida pelo Governo de São Paulo na rodovia Manoel da Nóbrega (SP 055), por meio da concessão do Lote Litoral Paulista, tem potencial para impulsionar a economia regional, com geração de empregos e renda para os municípios litorâneos. A Concessionária Novo Litoral já conta com cerca de 700 colaboradores, com 95% contratados localmente. Também está previsto o repasse de R\$ 55 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos municípios da região apenas nos primeiros cinco anos de concessão.

Essas oportunidades surgem devido ao grande volume de investimentos e obras planejadas para o período de concessão que devem fortalecer a rota como novo corredor logístico de acesso ao porto de Santos. Atualmente, cerca de R\$ 134 milhões já estão sendo investidos em melhorias viárias como: recuperação de 34 km de faixas, com a aplicação de 17.300 toneladas de pavimento novo, além de sete frentes permanentes de trabalho e outras intervenções.

A atuação está concentrada em trechos de Bertioga, Santos, Miracatu e Peruíbe, com reforço na sinalização, iluminação e reparos em pontos críticos, além da construção de bases de atendimento ao usuário 24 horas, que vão substituir as provisórias. Desde o início da concessão, já foram realizados mais de 11 milhões de metros quadrados de limpeza e manejo da vegetação — o equivalente a 1336 campos de futebol —, ampliando a visibilidade e a segurança nas pistas.

Em novembro de 2024, mais de 30 viaturas reforçaram o policiamento rodoviário, aumentando a proteção de motoristas e pedestres. Paralelamente, os canteiros estão prontos para receber grandes obras, como duplicações, marginais, passarelas e cicloviárias, consolidando um novo padrão de infraestrutura e atendimento aos usuários.

A modernização inclui ainda o monitoramento por CFTV, conectividade e reforço na sinalização e iluminação das vias. O objetivo é garantir um padrão mais

seguro, moderno e funcional de circulação urbana e regional, sem comprometer o dia a dia dos moradores da Baixada.

Os pórticos eletrônicos de cobrança só passarão a operar após a entrega das obras prioritárias, fiscalizadas pela Artesp, e está condicionada à conclusão das marginais entre Praia Grande e Peruíbe, que serão gratuitas e contarão com calçamento, sinalização e iluminação completa. Até lá, moradores da região do Litoral Sul terão total isenção.

“A cobrança só começa depois da entrega. Esse modelo é transparente e justo. Já temos melhorias visíveis e efetivas acontecendo em diversas cidades como Arujá, Bertioga, Itanhaém, Mongaguá, Miracatu, Itariri, com impacto direto na segurança, fluidez do tráfego e qualidade de vida”, destaca o secretário.

Com investimento total de R\$ 4,3 bilhões, o contrato prevê a duplicação de 89,8 km de rodovias, 108,5 km de marginais e outros 212 km de melhorias estruturais que abrangem a Baixada

Santista, o Alto Tietê e o Vale do Ribeira. O projeto prevê modernização completa da infraestrutura da região e visa aumentar a segurança viária, melhorar a fluidez do tráfego e promover mais mobilidade para quem vive e circula entre os municípios.

Siga Fácil é o sistema do Governo de São Paulo que substitui as praças de pedágio por pórticos eletrônicos inteligentes, identificando veículos por placas ou tags, tornando o processo mais rápido, mais justo e mais eficiente. Supervisionado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), ele elimina filas, reduz acidentes e, nas concessões firmadas a partir de 2024, cobra proporcionalmente ao trecho percorrido. O sistema será implantado gradualmente nos projetos de concessão mais recentes, como o Novo Litoral Paulista, Nova Raposa e Rota Sorocabana, além dos contratos já existentes. O site sigafacil.sp.gov.br traz mapa de pórticos, formas de pagamento e canais de atendimento. (Governo de SP)

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

## Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas Folhappress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

# Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 4,95%



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, passou de 5,05% para 4,95% este ano. É a décima segunda redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus desta segunda-feira (18). A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,41% para 4,4%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,8%, respectivamente.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em julho, pressionada pela conta de energia mais cara, a inflação oficial divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fechou em 0,26%, sendo o segundo mês seguido de queda no preço dos alimentos, o que ajudou a segurar o índice. No acumulado em 12 me-

ses, o IPCA alcançou 5,23%, acima do teto da meta de até 4,5%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e o início da desaceleração da economia fizeram o colegiado interromper o ciclo de aumento de juros na última reunião, no mês passado, após sete altas seguidas na Selic.

Em comunicado, o Copom informou que a política comercial dos Estados Unidos aumentou as incertezas em relação aos preços. A autoridade monetária informou que, por enquanto, pretende manter os juros básicos, mas não des-

cartou a possibilidade de voltar a elevar a Selic caso seja necessário.

A estimativa dos analistas é que a taxa básica encerre 2025 nos 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12,5% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas

administrativas.

Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

A estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permaneceu em 2,21% nesta edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou em 1,87%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,87% e 2%, respectivamente.

Puxada pela agropecuária no primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira cresceu 1,4%, de acordo com o IBGE. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,60 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,70. (Agência Brasil)

## Caixa começa a pagar Bolsa Família de agosto

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de agosto do Bolsa Família. Recebem nesta segunda-feira (18) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1. Ao todo cerca de 19,2 milhões de famílias receberão o benefício neste mês.

Os beneficiários de alguns municípios de cinco estados recebem o pagamento nesta segunda, independentemente do NIS. O pagamento ocorre em cidades em situação de emergência ou em calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade (nutrizes), para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a gestantes, um de R\$ 50 a cada filho de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a cada criança de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Além do benefício integral, cerca de 3 milhões de famílias estão na regra de proteção em agosto. Essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a

que teriam direito por até um ano, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário-mínimo.

Em junho, o tempo de permanência na regra de proteção foi reduzido de dois para um ano. No entanto, quem se enquadrava na regra até maio deste ano continuará a receber metade do benefício por dois anos.

Desde o ano passado, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

### Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta segunda-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 1. O valor foi mantido em R\$ 108 neste mês.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia 5,1 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica. (Agência Brasil)

## Com juro alto, economia desacelera e cresce 0,5% no 2º trimestre, segundo FGV

A economia brasileira cresceu 0,5% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. O resultado mostra desaceleração, uma vez que, no primeiro trimestre, a alta tinha sido de 1,3%.

As estimativas são do Monitor do Produto Interno Bruto (PIB), estudo mensal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado nesta segunda-feira (18), no Rio de Janeiro.

O levantamento apresenta estimativas sobre o comportamento do PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve como prévia do dado oficial, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de maio para junho, houve expansão também de 0,5%, segundo a FGV. Esses dados são dessazonalizados, ou seja, foram excluídas variações típicas da época do ano, para que efeitos do calendário (por exemplo, diferença no número de dias úteis) não distorçam a comparação entre períodos diferentes.

O Monitor do PIB aponta que a economia brasileira cres-

ceu 2,4% no segundo trimestre ante o mesmo período de 2024. No acumulado de 12 meses, a expansão é de 3,2%. Em termos monetários, a FGV estima o PIB do primeiro semestre em R\$ 6,109 trilhões.

Juliana Trece, economista do Ibre, explicou que o crescimento do segundo trimestre se deve aos desempenhos dos setores de serviços e da indústria. Nos serviços, detalha ela, “este crescimento foi disseminado na maior parte das atividades”.

Já na indústria, o desempenho positivo foi concentrado na atividade extrativa, “o que mostra maior fragilidade do setor”.

Segundo Trece, a “relevante desaceleração” do crescimento no segundo trimestre pode ser atribuída tanto por não ter havido a forte contribuição positiva da agropecuária que houve no primeiro trimestre, quanto pelo “efeito defasado do elevado patamar dos juros na atividade econômica”.

O levantamento evidencia que o consumo das famílias, apesar de mostrar crescimento, apresenta números declinantes desde o fim de 2024. No quarto trimestre daquele ano, a expansão

foi de 3,7%. No primeiro trimestre de 2025, 2,6%; e no segundo trimestre, 1,5%. Todas as comparações são em relação ao mesmo período dos anos anteriores.

### Por que juros altos?

A escalada dos juros começou em setembro do ano passado, quando a taxa básica (Selic) saiu de 10,5% ao ano e, gradativamente, chegou aos atuais 15%, maior nível desde julho de 2006 (15,25%).

A taxa Selic é decidida a cada 45 dias pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e consiste na principal forma de a instituição fazer a inflação convergir para a meta estipulada pelo governo % de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Desde setembro de 2024, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está acima do teto da meta (4,5%).

Uma face do juro alto é o efeito contracionista, que combate a inflação. A elevação da taxa faz com que empréstimos fiquem mais caros – seja para pessoa física ou empresas % e desestimula

os investimentos, uma vez que pode valer mais a pena manter o dinheiro investido, rendendo juros altos, do que arriscar em atividades produtivas.

Esse conjunto de efeitos freia a economia. Daí vem o reflexo negativo: menos atividade tende a ser sinônimo de menos emprego e renda. De acordo com o Banco Central, o efeito da Selic na inflação leva de seis a nove meses para se tornar significativo, coincidindo com a percepção do Monitor do PIB.

O Monitor do PIB é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasileira. Outro levantamento é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado também nesta segunda-feira (18), que indicou expansão de 0,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. Em 12 meses, o IBC-Br sobe 3,9%.

O resultado oficial do PIB é apresentado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A divulgação referente ao segundo trimestre será no dia 2 de setembro. (Agência Brasil)

## Setor de café pede saída de tarifaço aos EUA e diz que marcas americanas podem sumir

O setor de café pediu formalmente ao governo dos Estados Unidos que o café seja incluído na lista de exceções à tarifa de 50% imposta pelo presidente Donald Trump sobre produtos brasileiros, com o alerta de que o cenário atual pode comprometer marcas tradicionais americanas.

Em carta enviada ao USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA), que abriu uma investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana, o Cecafé (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil) traça um panorama do setor, lembra que o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café e que, na relação comercial entre os dois países, ambos são indispensáveis um ao outro.

“O café brasileiro responde por mais de 30% do mercado americano, tornando o Brasil o seu principal fornecedor. Por sua vez, os EUA são o principal destino do café brasileiro, representando 16% das exportações totais”, afirma o documento.

A resposta brasileira não menciona nomes de marcas. Entre as mais conhecidas pelos consumidores dos EUA estão empresas como Folgers, da J.M. Smucker Company, e Maxwell House, da Kraft Heinz, ambas conhecidas no segmento de café moído vendido em supermercados.

Essa lista também inclui companhias como a Eight O’Clock Coffee, uma das mais antigas do país, e redes que movimentam milhões de consumidores diariamente, como a Dunkin’ e a gigante global Starbucks, cuja rede de cafeterias depende de blends

para manter o padrão de sabor em escala mundial.

O risco do tarifaço, segundo o conselho, é que marcas tradicionais americanas sejam diretamente prejudicadas: “Marcas de longa data — ícones da economia americana — poderiam ser negativamente afetadas ou até desaparecer se fossem forçadas a alterar seus blends”, alerta o Cecafé.

Em 2024, o país exportou 50,5 milhões de sacas para mais de 120 países, com receita de US\$ 12,5 bilhões (R\$ 67,5 bilhões). O Cecafé destaca, ainda, a proteção ambiental associada ao setor. “Nas áreas de cultivo de café, 51.500 km² de reservas legais, florestas nativas e áreas de preservação permanente estão protegidas — uma área 1,25 vez maior que a Suíça”, afirma no documento.

A carta ressalta o papel dos pequenos produtores, ao mencionar que o Brasil possui 264,9 mil cafeicultores, dos quais 72% operam propriedades com menos de 20 hectares.

O documento também menciona a relevância econômica do café para os EUA, citando estudo da NCA (National Coffee Association) que mostra que 76% dos americanos consomem café.

Os gastos anuais com café e produtos relacionados nos EUA chegam a US\$ 110 bilhões (ou US\$ 301 milhões por dia), e o café responde por mais de 8% do valor total da indústria de alimentos dos EUA.

comunidades locais americanas, afirma o Cecafé.

Para cada US\$ 1 gasto em café importado, US\$ 43 adicionais são injetados na economia americana. No total, o setor movimentou US\$ 343 bilhões anualmente, o equivalente a 1,2% do PIB do país.

“À luz da importância do café tanto para os consumidores americanos quanto para a economia dos Estados Unidos, acreditamos que a decisão de impor uma tarifa sobre o café brasileiro deve ser reconsiderada. Tal medida resultaria em aumentos significativos de preços e inflação, já que os custos adicionais inevitavelmente seriam repassados aos consumidores”, afirma o Cecafé.

Na semana passada, o governo Lula (PT) anunciou nesta quarta-feira (13) o plano de contingência para amparar empresas afetadas pela sobretaxa de 50% imposta a produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Batizado de Plano Brasil Soberano, o pacote inclui uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões para ajudar as companhias que foram prejudicadas pelo tarifaço, além do adiamento de impostos federais, maior ressarcimento de créditos tributários e uma reformulação nas garantias à exportação para facilitar a busca de novos mercados.

As ações estão em uma MP (medida provisória), com vigência imediata e que precisará ser apreciada pelo Congresso em até 120 dias.

A ação do café verde do Brasil recuou 28,1% em julho

na comparação o mesmo mês do ano passado, para 2,45 milhões de sacas de 60 kg, à medida que o setor lidava com estoques reduzidos, antes de tarifas de importação de 50% dos Estados Unidos começarem a valer em agosto, apontou o Cecafé.

O Brasil embarcou 1,98 milhão de sacas de grãos arábica no mês passado, uma queda de 20,6% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações de cafés canéforas (robusta/conilon) caíram quase 49%, para cerca de 461 mil sacas, mostraram os dados do Cecafé, que acrescentou que empresas dos EUA estão pedindo o adiamento de embarques do Brasil enquanto esperam uma solução para as tarifas.

A indústria nacional do café avalia a possibilidade de triangular a exportação do produto para suprir a demanda dos americanos e escapar dos efeitos da tributação massiva que recai sobre os grãos nacionais.

Ao C-Level Entrevista, videocast semanal da Folha de SPaulo, o diretor-geral do Cecafé (Conselho de Exportadores de Café do Brasil), Marcos Matos, admitiu que essa pode ser uma das possibilidades para garantir a competitividade e a exportação do produto brasileiro.

A União Europeia, com tarifa de 15% sobre produtos exportados aos EUA, seriam um possível caminho para essas transações. Na triangulação, o mercado brasileiro vende o grão verde, que é torrado e misturado a outros grãos em outros países, para então ser vendido aos americanos. (Folhapress)

## BNDES aprova crédito de até R\$ 1 bi para Boticário ampliar produção

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou nesta segunda-feira (18) que contratou um limite de crédito no valor total de R\$ 1 bilhão para o Grupo Boticário, dono de marcas como O Boticário, de perfumes e cosméticos.

Em nota divulgada à imprensa, o banco afirmou que a intenção é apoiar o projeto de expansão da empresa, cuja sede fica no Paraná. O comunicado não detalha taxas de juro nem prazos de pagamento.

Questionado pela reportagem, o BNDES disse que aprovou uma linha de crédito para a companhia e que essas condições serão determinadas conforme os recursos forem utilizados. Ainda não houve a primeira solicitação, de acordo com o banco.

A instituição prevê o apoio à empresa dentro do programa BNDES Máquinas e Serviços. O Grupo Boticário poderá adquirir, por exemplo, bens industrializados e serviços nacionais, além de equipamentos importados com impossibilidade de fornecimento similar no país.

As condições de crédito nesse programa variam de acordo com o tipo de operação, conforme informações disponíveis no site do banco.

“A linha de financiamento aprovada visa apoiar e ampliar a capacidade e modernização do parque de equipamentos fabril e logístico do Grupo Boticário,

além da compra de materiais e insumos, em continuidade ao movimento de expansão e melhoria do nosso ecossistema de beleza”, disse o executivo Marcelo Azevedo, que atua como CFO (diretor financeiro, em inglês) da empresa.

A lista de marcas da companhia também inclui negócios como Quem Disse, Berenice?, Vult, Dr. Jones e Truss. São cerca de 21 mil empregos diretos.

“A missão do BNDES é promover o desenvolvimento econômico e social do país, o que inclui o apoio para o fortalecimento e a expansão da indústria nacional, como estamos fazendo com a nova política industrial do governo do presidente Lula”, disse o presidente do banco, Aloizio Mercadante.

Lula defende uma atuação fortalecida da instituição, com medidas de suporte a diferentes setores da economia, mas a posição é vista com ressalvas por uma ala de analistas. Eles temem um inchaço do BNDES e uma volta de políticas adotadas por gestões petistas no passado.

A direção do banco já rebateu as críticas em mais de uma ocasião, dizendo, por exemplo, que mira segmentos como inovação e transição energética.

O BNDES desembolsou R\$ 25,2 bilhões em financiamentos no primeiro trimestre de 2025. O montante cresceu 8% ante igual período do ano passado. (Folhapress)

# Embraer diz a órgão americano que tarifas seriam contra interesse dos EUA

## Congresso analisa esta semana projetos para proteger infância na rede



Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), marcou para quarta-feira (20) sessão da comissão geral que tem o objetivo de avançar em medidas efetivas para garantir a segurança de crianças e adolescentes na internet. A comissão será formada por parlamentares e convidados.

“Há pautas importantes que exigem debate, negociação, tempo. Mas essa pauta não pode esperar, porque uma infância perdida não se recupera. Uma criança ferida carrega essa marca para sempre”, disse Motta.

“É inadiável essa discussão e, mais ainda, o posicionamento desta Casa sobre esse tema.”

Segundo o presidente da Câmara, existem mais de 60 projetos de lei protocolados na Câmara sobre esse tema. Um grupo de trabalho formado por parlamentares e especialistas também estudará a questão nos próximos 30 dias.

O assunto ganhou repercussão após denúncias do influenciador Felca Bress contra perfis que usam crianças e adolescentes com pouca roupa, dançando músicas sensuais ou falando de sexo em programas divulgados nas plataformas digitais com objetivo de moneti-

zar esse conteúdo, gerando dinheiro para os donos dos canais, chamado de “adultização infantil”.

**Proposta**

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que vai enviar ao Congresso Nacional uma proposta para regulamentação das redes sociais.

“Nós vamos regulamentar porque é preciso criar o mínimo de comportamento e de procedimento no funcionamento de uma rede digital”, afirmou o presidente em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, da Band News.

Para Lula, o que acontece atualmente é que ninguém assume a responsabilidade pelo conteúdo nesses ambientes.

O presidente defende que não é admissível que se abra mão de garantir tranquilidade às crianças e adolescentes que podem ser vítimas de ataques e de pedofilia. “Como nós vimos na denúncia do rapaz o influenciador Felca”.

Segundo ele, o Brasil deve se preocupar com crimes cometidos nas redes digitais que devem ser julgados e punidos. “Isso não é possível. Por isso é que nós vamos regulamentar.” (Agência Brasil)

A Embraer afirmou, na investigação comercial aberta pelo governo Donald Trump contra o Brasil, que a eventual imposição de novas tarifas sobre o setor de aviação com base nessa apuração do USTR (escritório do representante de comércio) “seria contrário aos interesses dos EUA”.

A empresa também argumentou que prevê um superávit de US\$ 8 bilhões com os EUA até 2030.

A fabricante de aviões registrou nesta segunda-feira (18) uma manifestação no USTR (escritório do representante de comércio dos EUA), órgão responsável por conduzir a investigação comercial ordenada por Trump que pode resultar em sanções adicionais contra o país.

Num documento de três páginas, a Embraer destacou que sua subsidiária EAH, que produz

atos executivos, está baseada na Flórida. Há informações confidenciais que foram tachados do documento, como projeções de pagamento de impostos às autoridades americanas.

“A Embraer e a EAH apresentam esta manifestação para demonstrar que impor restrições à importação dos produtos da Embraer seria diretamente contrário aos interesses dos Estados Unidos.”

A companhia afirmou ainda que nenhuma das supostas práticas injustas atribuídas pelo USTR ao Brasil têm relação com a Embraer ou sua subsidiária.

Em seguida, a fabricante listou uma série de razões pelas quais gera “benefícios massivos” aos EUA.

“No que diz respeito à Embraer, os Estados Unidos estavam a caminho de alcançar um superávit de US\$ 8 bilhões entre 2025 e 2030 em

um cenário sem tarifas”, declarou.

A Embraer escapou da sobretaxa de 40% aplicada por Trump a uma gama de produtos brasileiros, mas segue submetida à tarifa adicional de 10% imposta pelo republicano em abril.

A companhia listou ainda em sua manifestação sua contribuição para a economia americana: 2.500 empregos diretos em 17 plantas nos EUA, e 10 mil indiretos. Afirmou ainda que as compras estimadas para os próximos cinco anos devem gerar 5.000 empregos adicionais.

Entre os argumentos apresentados, também consta a contribuição da Embraer para o transporte de passageiros em território americano. Segundo a empresa, são 100 milhões de passageiros transportados por ano, cerca de 10% do mercado dos EUA.

“Mais de 2.000 aeronaves comerciais da Embraer operam atualmente nos Estados Unidos, para companhias aéreas americanas como American, Delta, United e Alaska Airlines”, afirma a empresa.

“As companhias aéreas dos EUA dependem do jato regional E175 da Embraer para preencher uma função vital em suas frotas, permitindo o atendimento a aeroportos menores e oferecendo mais frequências entre cidades maiores que não podem ser atendidas de forma eficiente por aeronaves maiores.”

“É importante destacar que esse jato não compete com nenhuma aeronave fabricada nos EUA, e mais da metade do valor total do E175, em média, é proveniente de componentes adquiridos de fornecedores americanos”, concluiu. (Folhapress)

## Pró-labore tem tributação maior do que dividendo, mas facilita aposentadoria do INSS

Sócios que atuam na operação de suas empresas devem ser remunerados obrigatoriamente por meio de pró-labore, que pode ser combinado com a distribuição de lucros e dividendos. A definição desses valores deve observar questões tributárias e contábeis, além das normas da Receita Federal.

O valor do pró-labore, que é o pagamento para o sócio que trabalha na empresa, sofre desconto de INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o que garante o recolhimento da contribuição para aposentadoria e outros benefícios da Previdência Social, como auxílio-doença e pensão por morte.

Para valores acima da faixa de isenção de dois salários-mínimos por mês (R\$ 3.036), também incide Imposto de Renda, com alíquotas que podem chegar a 27,5%.

Cálculos da Planejar (Associação Brasileira de Planejamento Financeiro) feitos para a Folha mostram o custo desses tributos para a empresa e para o sócio.

Rafaela de Sá, planejadora financeira da Planejar, afirma que a pessoa que tem um cargo efetivo de administração em uma empresa precisa recolher o pró-labore no valor de pelo menos um salário-mínimo. O sócio sem cargo não tem essa obrigação e pode

receber tudo como dividendos, que não são tributados.

Uma simulação feita pela planejadora mostra que um sócio que retira R\$ 30 mil por mês da empresa na forma de pró-labore, por exemplo, sofre desconto do INSS no teto (R\$ 908,73) e Imposto de Renda estimado em cerca de R\$ 5.800, considerando a tabela progressiva com as deduções mínimas. O valor líquido final é de aproximadamente R\$ 23 mil.

Na retirada do mesmo valor via distribuição de dividendo, não há incidência de INSS ou IR. Mesmo que seja aprovado o projeto do governo para taxar parte da distribuição de lucros, as alíquotas efetivas ficarão em no máximo 10%.

Uma opção é distribuir o pró-labore pelo mínimo, diz a planejadora, e colocar parte dos dividendos em um plano de previdência privada.

Ela afirma que os dividendos são mais vantajosos no curto prazo, pois resultam em um ganho líquido maior. “Mas o pró-labore, apesar da maior carga tributária, é vantajoso quando o sócio deseja contribuir para o INSS, planeja se aposentar pelo regime oficial ou precisa comprovar renda para financiamentos, crédito ou processos de imigração.”

Os dividendos só podem ser pagos se houver lucro. O pró-labore não sofre essa limitação e, por não ser considerado salário, pode ter seu valor alterado a qualquer momento, inclusive para baixo, respeitando o salário mínimo. Também não precisa ser pago mensalmente.

A advogada Tatiana Galvão Villani afirma que é necessário observar alguns cuidados para evitar autuações da Receita Federal. Por exemplo, distinguir os dois pagamentos. Ela recomenda que os valores sejam pagos em dias diferentes e que a contabilidade mantenha registros que deixem clara a natureza de cada remuneração.

Além disso, o dividendo precisa ter como lastro o lucro da empresa, mas há casos em que o valor é distribuído ao longo do ano, antes da apuração do resultado do exercício. Caso a empresa tenha prejuízo, o valor pode ser reclassificado como pró-labore, levando à tributação.

Também é necessário respeitar as regras previstas em contrato social para remuneração dos sócios, especialmente nos casos de distribuição de dividendo de forma desproporcional.

Segundo Villani, há muitos casos relativos ao tema que che-

gam ao Carf, conselho que julga os recursos contra autuações do fisco, que tem mantido as cobranças contra quem não observa as exigências da Receita.

“Nada impede que uma sociedade distribua dividendo em bases mensais, desde que tenha lucro contábil para tanto, com base em uma contabilidade idônea”, afirma a advogada, que é sócia do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados.

Aldo Macri, diretor de Operações da GoNext Governança e Sucessão, afirma que o pró-labore deve ser atribuído exclusivamente aos sócios que atuam na gestão da empresa, com valores compatíveis com o mercado e com as responsabilidades do cargo.

Ele também diz que, em empresas familiares, é importante separar as despesas pessoais dos gastos corporativos. O ideal é que as regras estejam formalizadas em documentos como o acordo de sócios.

“A ausência de regras claras sobre pró-labore e distribuição de lucros pode gerar conflitos entre os sócios, especialmente quando há desequilíbrio entre quem trabalha na empresa e quem apenas participa como investidor.” (Folhapress)

## Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

### Conheça seus Direitos

### Entre o Papel e a Tela: A Nova Era da Leitura

Por Nicholas Maciel Merlone

Durante anos, repetiu-se a mesma pergunta: *os e-books vão acabar com os livros impressos?* O debate parecia colocar dois mundos em confronto: de um lado, a tradição das páginas impressas; do outro, a modernidade dos arquivos digitais. Mas a realidade, observada de perto, revela algo mais interessante: **não estamos diante de uma disputa, mas de uma aliança silenciosa que redefine a forma como lemos.**

O livro impresso ainda guarda um poder simbólico difícil de traduzir. É presença física, objeto de afeto. Está no presente especial, na herança que passa de geração em geração. Folhear páginas, tateá-las, sentir o cheiro do papel, marcar trechos com lápis— tudo isso faz parte de uma experiência sensorial que resiste ao tempo.

O e-book, por sua vez, não é inimigo. Ele chegou para ampliar horizontes. Permite carregar uma biblioteca inteira no bolso, ajustar letras para qualquer visão, iluminar a leitura no escuro. Democratiza o acesso e rompe barreiras geográficas: um estudante no interior pode baixar em segundos um livro lançado em Nova York. **O digital é inclusão.**

O que vemos hoje é um cenário de complementariedade. Há quem prefira estudar com o livro físico e viajar com o leitor digital. Outros escutam o audiolivro no caminho para o trabalho e voltam ao impresso antes de dormir. Longe de uma guerra, vivemos a era da convergência, onde cada formato encontra seu espaço no cotidiano.

Como advogado, jornalista, professor e leitor, arrisco dizer: **nunca se leu tanto e de tantas formas diferentes.** A discussão deixou de ser sobre quem vence e passou a ser sobre como cada suporte pode enriquecer nossa experiência. O impresso preserva a memória e a tradição; o digital amplia o alcance e rompe fronteiras.

No fim, não importa se a história é lida em papel amarelado ou em tela iluminada. O que importa é que ela continue sendo contada. Porque o verdadeiro protagonista não é o formato, mas o leitor.



**Nicholas Maciel Merlone** - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.  
Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com

## Moraes mantém condenação de mulher que pichou estátua no 8 de Janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta segunda-feira (18) manter a decisão da Primeira Turma da Corte que condenou a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos.

Em abril deste ano, Débora foi condenada a 14 anos de prisão pela participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e por pichar a frase “Perdeu, mané” na estátua A Justiça, localizada em frente ao edifício-sede do STF.

Moraes negou recurso apresentado pela defesa de Débora.

O ministro citou que a cabeleireira não tem direito aos chamados embargos infringentes, recurso que permite a revisão da pena para réus que obtiveram pelo menos dois votos a favor da absolvição. No julgamento, o placar da condenação foi de 4 votos a 1.

“Assim, trata-se de somente um voto vencido pela absolvição parcial, conforme demonstrado. Além disso, o voto vencido exclusivamente quanto à dosimetria da pena não configura divergência passível de oposi-

ção de embargos infringentes”, decidiu Moraes.

Com o fim do julgamento, a cabeleireira está condenada pelos crimes de crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

O próximo passo será a execução da condenação. Desde março deste ano, Débora cumpre prisão domiciliar por ter filhos menores de idade. (Agência Brasil)



Foto: Joedson Alves/ABR

**ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES**

**Luiz Rafael Lemuchi de Lima**  
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/315L - Jucepar  
www.donhaloos.com

**196 Veículos**  
41 3134-3450

**ONLINE**  
**LEILÃO dia 19/08/2025**  
**TERÇA-FEIRA**  
Leilão 10h30

**LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR**

**COLISÃO:** ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 4 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 X36 2013 2013 YARIS 2010 2020 YBR 125 2007

**Nº dos Chassis:** Recortado 83435690 Normal 84048585 Normal 84226949 Normal 86051212 Recortado IT100140 Recortado 34068143 Normal 68438199 Normal 68618466 Normal 68648068 Recortado 72557741 Recortado 7Y565471 Normal 84100313 Normal 85202948 Recortado 8A979315 Normal 8G560513 Normal 8R325163 Normal 8U309794 Recortado 92036868 Normal 94114169 Recortado 9B061865 Recortado 9CDW8118 Normal 9J119526 Normal 9J219231 Recortado A4009081 Normal A4327502 Normal A5491892 Normal A5590947 Normal A7233645 Recortado AB017903 Avariado AB188172 Recortado AG113888 Remarcado AR131234 Normal AZ107462 Recortado AZ213075 Normal AZ215282 Normal b5147466 Normal B7339311 Normal B7381598 Normal bb048593 Normal BB245325 Normal BB296123 Normal BB300213 Normal bb319412 Normal BC124609 Normal bc406862 Normal BC438008 Normal bg233722 Normal bg350996 Normal BR233583 Normal BR280619 Normal C0325850 Normal C2238287 Normal c868918 Normal ca303743 Normal CB006340 Normal cc180269 Recortado CFS03214 Normal CJ465354 Normal D4004469 Normal D5019153 Normal D8544623 Normal da190792 Normal DB182834 Normal db208339 Normal DG278283 Recortado DJ067579 Normal DJ441871 Normal DM210793 Normal DP020941 Remarcado DP050658 Normal DT151247 Recortado DZ200650 Normal E1565277 Normal E2293642 Avariado E8485817 Normal EB313256 Normal EG019682 Normal EG352951 Normal ER029774 Normal ER345837 Normal ER502114 Normal EW538410 Normal EZ164375 Normal ez164548 Recortado EZ428930 Recortado f0205556 Normal F0210086 Normal F0249868 Recortado F0665575 Normal F1127757 Normal F1314756 Normal F8530897 Normal FA424512 Recortado FB101772 Normal FB537138 Normal FD011575 Normal FJ471537 Normal FT008321 Normal FT510450 Normal FZ208178 Normal g0713750 Normal g445947 Normal G2154952 Recortado GA645817 Normal gb027289 Normal GB103915 Recortado GJ391019 Recortado GL388969 Normal gm100605 Avariado GP001397 Normal GP583465 Normal gp583730 Normal GZ155696 Normal GZ213906 Normal GZ220152 Normal GZ233830 Normal GZ881147 Normal h2084840 Normal H4002046 Normal HG160054 Normal hj594257 Normal HP695007 Normal hr154048 Normal HU285529 Recortado HZ206226 Normal HZ209013 Normal HZ216127 Recortado j0022247 Recortado J0299502 Normal J4001340 Normal JA480896 Normal J8160515 Normal jb108035 Normal JB136676 Normal JB166901 Normal jc345974 Normal jj084553 Normal JL347883 Normal k0035928 Normal K0163198 Normal K0404893 Normal K4003605 Normal K8256623 Recortado KB128347 Normal KG501455 Normal krl26542 Normal KT505387 Recortado KU057028 Normal KY610136 Normal L1811359 Normal lk269542 Normal LP042005 Normal LR100051 Recortado M4078846 Recortado m4032558 Normal M9172650 Normal mb192868 Normal MJ348325 Normal MJ746607 Normal MP020867 Normal MP132272 Recortado MYK81662 Normal n1723440 Normal NB517193 Normal N840990 Normal nke79839 Normal NR191807 Normal NU209731 Remarcado NYX18419 Normal p0080170 Normal P4046232 Normal PB253679 Recortado PJ329315 Normal PL121131 Normal pr000756 Normal PR022719 Normal PY827508 Normal r7928141 Normal RG166353 Normal RG247418 Normal RJ659722 Normal RL849285 Recortado RY937772 Recortado RYS39184 Normal SB169159 Normal SG154289 Normal SM100352 Normal ST014781 Normal SY979977 Normal SY980678 Normal SYA14714 Recortado TC653260 Recortado TT132362 Recortado va942744 Recortado VB534497

**CONDIÇÕES:** OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE. CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATACÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR - LEOEIRO OFICIAL - JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERMAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450  
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)



# Publicidade legal: vitória da transparência e do bom senso no CNJ

Decisão histórica do Conselho Nacional de Justiça reafirma a liberdade de escolha e o papel essencial dos jornais na publicidade oficial

Por Bruno Camargo da Silva

Advogado. Sócio e fundador da Camargo Silva Consultoria. Professor de Direito Administrativo e Empresarial. Especialista em licitações públicas e autor do Guia Prático de Publicidade Legal das S/A. Coordenador jurídico da ABRALEGAL e consultor de agências e veículos de comunicação especializados em publicidade oficial.

**Uma decisão que derruba a reserva de mercado digital**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proferiu recentemente uma decisão histórica que reafirma a liberdade de imprensa e a transparência no Brasil.

No Pedido de Providências n. 0007505-66.2023.2.00.0000, três entidades representativas, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal (ABRALEGAL) e a Associação de Jornais do Interior do Brasil (ADJORI-BR), denunciaram práticas adotadas por corregedorias estaduais que vinham exigindo a publicação de atos extrajudiciais exclusivamente em portais mantidos por associações de car-

tórios, como o ONR e o RIB.

Essa obrigatoriedade criava, na prática, um monopólio disfarçado, restringindo o direito de escolha de cidadãos e empresas, em afronta direta aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e livre concorrência.

O CNJ foi categórico: não se pode obrigar o uso exclusivo de plataformas privadas, sob pena de concentrar mercado e esvaziar o princípio da publicidade. A decisão reconhece o valor dos meios eletrônicos e reforça a publicidade em jornais de grande circulação, que seguem exercendo papel essencial na divulgação de atos de interesse público.

Vale ressaltar que algumas Corregedorias de Justiça já estão adaptando suas normas para determinar a publicidade em jornais eletrônicos de grande circulação, em consonância com a decisão do CNJ. Como exemplo, cita-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que editou o **Provimento n. 30/2025**, determinando a publicação em jornais eletrônicos com ampla abrangência e devidamente registrados.

O texto completo está disponível



Edifício sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

em: <https://colegioregistrals.org.br/img/midias/Provimento%2030%20-%202025%20CGJ-RS.pdf>

**A importância dos jornais na publicidade legal**

A publicação de um edital nunca foi apenas uma formalidade burocrática. Ela é um instrumento de garantia de direitos fundamentais, dando ciência à sociedade de atos que podem afetar diretamente a vida de pessoas, como intimações, notificações de devedores, proclamas de casa-

mento e processos de usucapião. Uma análise de métricas feita na plataforma SimilarWeb mostra que o portal e-Proclamas (<https://proclamas.org.br/>), mantido pela ARPEN-BR, recebeu apenas 31.038 visitantes em um mês. **Em contraste, jornais de grande circulação registram audiências expressivas e auditáveis, alcançando facilmente centenas de milhares de acessos mensais, e muitos superam a marca de milhões de visualizações, garantindo ampla divulgação e efetividade**

de à publicidade legal.

Substituir os jornais por portais com audiência tão restrita esvazia o princípio da publicidade e aumenta o risco de desinformação. A população deixa de ter acesso pleno aos atos oficiais, que ficam limitados a espaços pouco visíveis e sem transparência de audiência.

Jornais (impressos e digitais) são plataformas auditadas, com métricas públicas de alcance, indexação em buscadores e histórico de credibilidade. Tentativas de substituí-los por sites cartorários pouco conhecidos fragilizam a segurança jurídica e prejudicam a sociedade.

**Uma decisão que fortalece a liberdade e o pluralismo**

Como advogado responsável pela redação da petição que levou esse debate ao CNJ, considero essa decisão um divisor de águas. Ela reafirma que inovação tecnológica deve caminhar ao lado da legalidade e da liberdade econômica, e jamais criar reservas de mercado em prejuízo da cidadania e da imprensa.

Que esse precedente sirva como orientação para que administrações públicas, cartórios e

demais órgãos respeitem o pluralismo, a liberdade de escolha e a função social da imprensa.

A publicidade legal é uma garantia do cidadão e precisa ser tratada com a seriedade e a abrangência que sempre justificaram sua existência.

**Trecho dispositivo da decisão do CNJ**

“Ante o exposto, dou parcial provimento ao pedido de providências formulado para que os Tribunais de Justiça de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal e Territórios adaptem suas normas administrativas extraindo dos dispositivos qualquer menção a que a publicação eletrônica de editais de intimação, notificação ou de qualquer outro ato cartorário seja feita por determinado portal, site, serviço ou prestador específico, seja ele mantido por Associação de Registradores ou não.”

Com essa decisão, fica claro que os jornais de grande circulação, especialmente em suas versões eletrônicas, devem receber as matérias legais e atos oficiais provenientes dos cartórios de todo o Brasil, garantindo ampla publicidade e acesso à informação.

# Federação critica lei que desobriga Petrobras de operar todo o pré-sal



Foto: André Ribeiro/Ag. Petrobras

O anúncio de um reservatório de petróleo no pré-sal da Baía de Santos, no último dia 4, provocou queixa da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Não que a instituição que representa trabalhadores da indústria do petróleo seja contra a exploração, mas é que o anúncio foi feito pela multinacional britânica BP Energy.

A empresa classificou a descoberta como “significativa” e afirmou ser a maior da companhia em 25 anos. O reservatório anunciado fica no bloco Bumerangue, a cerca de 400 metros da costa do Rio de Janeiro. Para efeito de comparação, é quase a distância entre as cidades do Rio e de São Paulo (417 km).

A insatisfação da FUP é pelo fato de o bloco pertencer em porcento à BP, sem participação da Petrobras. O direito de explorar o bloco foi arrematado em 2022, em leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em comunicado divulgado após o anúncio de Bumerangue, a FUP considera que a descoberta mostra “os riscos da entrega do pré-sal ao capital estrangeiro e os retrocessos causados pela flexibilização do regime de partilha”.

“A operação reforça a perda de controle nacional sobre recursos estratégicos”, diz o coordenador-geral da entidade, Deyvid Bacelar.

Mudança na lei Bacelar critica a Lei 13.365, de 2016, que desobriga a Petrobras de ser operadora de todos os blocos do pré-sal. O texto alterou uma legislação de 2010, fazendo com que a Petrobras tenha o chamado direito de preferência, isto é, pode escolher se quer ou não ser operadora. Em caso positivo, terá participação de ao menos 30% do consórcio explorador.

A época, os defensores da mudança diziam que desobrigar a Petrobras de ser operadora de todos os blocos seria um alívio para a situação financeira da companhia, que enfrentava grave crise em 2016, na esteira da Operação Lava Jato, e apresentava dificuldade para investir. O então presidente da estatal, Pedro Pa-

rente, entendia que a obrigatoriedade impedia a empresa de escolher as opções que atendessem melhor ao interesse dela.

Para a FUP, a flexibilização abriu espaço para importantes descobertas pelas petroleiras internacionais. A representação de trabalhadores aponta ainda que a mudança fez com que blocos pudessem ser arrematados com menor ágio, ou seja, pagando mais barato.

Em Bumerangue, a BP ofereceu à União parcela de óleo excedente de 5,9%, caracterizando ágio de 4,24%. Ágio é a diferença entre o excedente mínimo exigido pelo leilão e o oferecido pelo lance.

“A mesma BP ofertou apenas 6,5% no bloco Tupinambá, arrematado em 2023, consolidando uma tendência de baixa compensação ao país e alta concentração de exploração por empresas estrangeira”, diz Deyvid Bacelar.

Como funciona o leilão

A descoberta do pré-sal foi tão significativa para o potencial de produção de petróleo brasileiro que levou o governo % com o aval do Congresso nacional % a mudar o regime que autorizava as empresas a explorarem a riqueza submersa.

Dessa forma, nas áreas de pré-sal vigora o regime de partilha. Nesse modelo, além de a petroleira pagar o chamado bônus de assinatura, a produção de óleo excedente (saldo após pagamento dos custos) é dividida entre a empresa e a União.

Quando é realizado o leilão, vence o direito de explorar a companhia que oferece a maior parcela de lucro à União, ou seja, maior percentual do excedente. As empresas pagam também royalties.

Essa regra é diferente do modelo de concessão, válido nos demais blocos de óleo e gás. No modelo tradicional, o risco de investir e encontrar – ou não – petróleo é da concessionária, que se torna dona de todo o óleo e gás que venham a ser descobertos. Além do bônus de assinatura ao arrematar o leilão, a petroleira paga royalties e participação especial (no caso de campos de grande produção).

Tanto o leilão de Bumerangue quanto no de Tupinambá, a

BP disputou sozinha. Em Tupinambá, o ágio foi de 33,20%.

**Indústria defende modelo**

A indústria do petróleo defende o modelo atual, com a Petrobras tendo apenas o direito de preferência. Procurado pela Agência Brasil, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás % que representa empresas do setor, entre elas a Petrobras % afirmou que a atual política brasileira de exploração e produção de óleo e gás, que prevê a presença de múltiplos operadores, tem demonstrado resultados positivos.

“A atuação de vários operadores, inclusive no pré-sal, permite aumentar o conhecimento geológico da região, acelerar a exploração e maximizar o potencial da bacia”, defendeu o presidente do IBP, Roberto Ardenghy.

“O IBP defende que a presença de diversas empresas, nacionais e internacionais, com suas diferentes tecnologias e expertises, distribui o risco, promove maior competição, atrai investimentos e, consequentemente, amplia a arrecadação de royalties e participações especiais para o país. Isso resulta em maior valor para a sociedade brasileira”, completou.

A Agência Brasil pediu comentários à Petrobras sobre o modelo atual de preferência sem obrigatoriedade, mas não recebeu retorno. Na última sexta-feira (8), durante teleconferência com analistas e investidores, a presidente da companhia, Magda Chambriard, foi questionada sobre participação em outros tipos de leilão, como o de áreas não contratadas (quando o governo vende direitos de produção de campos ainda não contratados). Na resposta, Chambriard afirmou que “a empresa estará sempre presente em toda e qualquer oportunidade de leilão da ANP”.

“O território brasileiro é nossa casa e, quando se oferta áreas do pré-sal, então, nem se fala, claro que estaremos presentes do leilão, é do nosso interesse”, respondeu.

Entretanto, Magda Chambriard ponderou os interesses da empresa. “Independente de qualquer coisa, isso só vai acontecer se fizer sentido econômico para nós. Ninguém aqui está pensando em nenhuma aventura desmedida. Se o projeto for bom, se o projeto estiver valendo a pena e se estiver previsto no nosso plano de negócios, é essa direção que vamos seguir”, afirmou.

Procurada pela Agência Brasil, a ANP afirmou que não cabe à instituição, enquanto agência reguladora, comentar leis aprovadas pelo Congresso. “A ANP cumpre a legislação em vigor e implementa políticas emanadas do governo”, disse em nota.

O MME não respondeu ao

pedido de comentários.

**Prós e contras**

O professor Geraldo Ferreira, do Departamento de Engenharia Química e Petróleo da Universidade Federal Fluminense (UFF), lembrou que a alteração na lei e na postura da Petrobras se deu após mudança de governo, com a presidência de Michel Temer (2016-2018), o que Ferreira classifica como “mais orientada para o mercado”.

“A gestão da Petrobras também é trocada para ficar em sintonia com os novos tempos do mercado”, diz o professor, que cita prós e contras na mudança de legislação.

Ele assinala que, desonerando a Petrobras de ter que investir em todas as áreas, há uma flexibilidade que permite “desenvolvimento mais rápido onde a empresa não priorizaria”.

Por outro lado, Ferreira acredita que há “enfraquecimento do controle estratégico do setor de óleo e gás pelo Estado brasileiro”.

Entre os efeitos desse enfraquecimento estão “menor participação governamental por barril em alguns contratos, coordenação mais fraca para a política industrial e maior risco de subfinanciamento do Fundo Social — especialmente em empresas de petróleo com lances baixos, como a Bumerangue”.

O Fundo Social foi criado para que parte dos recursos que o governo arrecada no pré-sal seja destinada a áreas como saúde, educação e meio ambiente.

Para Ferreira, o atual cenário é mais favorável a empresas estrangeiras e isso, não necessariamente, é um incentivo para a indústria brasileira do petróleo.

“Somente se combinada com condições firmes e inteligentes que transformem a presença de operadores estrangeiros em capacidade doméstica, provendo a industrialização, formação de recursos humanos e absorção de tecnologia”, diz.

Caso contrário, completa o especialista da UFF, o Brasil será mero exportador de commodities (matérias-primas negociadas em larga escala e com preços internacionais). “Como ocorre desde o passado, sendo exemplos o ouro e diamante em Minas Gerais no século 19”, acrescenta.

Ferreira acredita também que a não onipresença da Petrobras no pré-sal resulta em “não haver mais garantia de liderança na ordenação do desenvolvimento de vários blocos, com planejamento e implantação associada de infraestrutura”.

**Outros leilões**

O próximo leilão de exploração será daqui a pouco mais de dois meses. É o 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, marcado para 22 de outubro. Estarão em

disputa 13 blocos exploratórios, localizados nas bacias de Santos e Campos.

Quinze empresas se habilitaram, entre elas as brasileiras Petrobras, Prio e 3R (Brava Energia), e as multinacionais Chevron (Estados Unidos), Ecopetrol (Colômbia), Equinor (Noruega), Petrogal (Portugal), Petronas (Malásia), QatarEnergy (Catar), Shell (anglo-holandesa), Total Energies (França), Karoon (Austrália), além das chinesas Cnooc e Sinopec.

Em junho, a ANP realizou o leilão do 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, que incluía áreas na Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, região

considerada “o novo pré-sal”, com expectativa de grandes descobertas. A Petrobras já detém blocos na região, mas ainda precisa de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autoridade ambiental ligada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Foram oferecidos 19 blocos na região, sendo a Petrobras um dos destaques, com 10 áreas arrematadas, todas em consórcio com a americana ExxonMobil. Nove blocos foram adquiridos pela Chevron em consórcio com a chinesa CNPC. (Agência Brasil)

## Alckmin: socorro a exportador não causará impacto fiscal

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou, neste sábado (16), em Brasília, que as medidas de apoio às empresas afetadas pelas taxas que os Estados Unidos impuseram aos produtos brasileiros não causarão impacto fiscal negativo, pois, a rigor, não configuram um novo gasto para a União.

“O que estamos fazendo é antecipando algo que vai ser devolvido; recursos que não pertencem ao governo”, declarou Alckmin ao visitar uma concessionária de automóveis de Brasília para checar como estão as vendas de veículos contemplados pelo programa federal Carro Sustentável, que reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de modelos que atendam requisitos de sustentabilidade. O programa foi lançado em 10 de julho deste ano.

“Nem o Drawback, nem o Reintegra, deveriam ter qualquer impacto fiscal, porque o dinheiro não é do governo, que está apenas devolvendo mais rápido para aqueles que foram atingidos pelo tarifaço [dos Estados Unidos] e tiveram suas exportações frustradas”, acrescentou o vice-presidente, referindo-se a dois dos mecanismos previstos na medida provisória (MP) que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional na última quarta-feira (13).

Chamada de Plano Brasil Soberano, a MP reúne medidas de apoio estatal às empresas exportadoras e de proteção aos trabalhadores dos setores afetados, liberando cerca de R\$ 30 bilhões para compensar eventuais prejuízos aos exportadores brasileiros.

O chamado Drawback é um recurso que possibilita a suspensão da cobrança de tributos que incidem sobre insumos importados utilizados na produção de artigos nacionais exportados para os EUA. Com isso, o prazo para que as empresas consigam exportar as mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime será prorrogado.

Já o Novo Reintegra prevê incentivos fiscais que permitirão às empresas brasileiras afetadas recuperar parte dos impostos indiretos incidentes sobre a cadeia produtiva dos produtos exportados, na forma de créditos tributários. Dessa forma, ajuda as empresas a reduzirem custos e melhorar a competitividade no mercado externo.

“Vamos dar 3% de Reintegra. Ou seja, a empresa [afetada pela sobretaxa dos EUA] receberá 3% do valor do produto. Isso não deveria ter impacto fiscal, pois é resíduo tributário”, reiterou Alckmin ao destacar que, embora a Constituição Federal estabeleça que as exportações brasileiras não devem ser tributadas, os produtos acumulam tributos embutidos que devem ser restituídos aos fabricantes.

“Quando eu exporto um automóvel [por exemplo], mesmo não pagando imposto de exportação, eu paguei imposto ao comprar os pneus, o aço, o vidro. Então, estes impostos precisam ser devolvidos ao exportador. Só que os governos demoram a devolvê-los e o exportador fica com um crédito tributário. O que estamos fazendo é antecipando [a devolução] de algo que vai ser devolvido”, explicou Alckmin. (Agência Brasil)

# AGU pede que Meta exclua chatbots que promovem erotização infantil

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou nesta segunda-feira (18) uma notificação às redes sociais Instagram, Facebook e WhatsApp para solicitar a exclusão de robôs de inteligência artificial que simulam aparência infantil e realizam diálogos com conteúdo sexual.

A empresa tem 72 horas para excluir os robôs e esclarecer

quais medidas têm sido adotadas para evitar que crianças e adolescentes tenham acesso a conteúdo sexual e erótico.

No ofício enviado à Meta, empresa que opera as redes citadas, a AGU disse que chatbots criados por meio da ferramenta Meta IA Studio promovem a erotização infantil.

O órgão também acrescentou

que as plataformas da Meta estão disponíveis para menores de idade, a partir dos 13 anos, e não existe filtro para verificar a idade dos usuários entre 13 e 18 anos.

“Tais chatbots têm potencialidade de alcançar um público cada vez mais amplo nas plataformas digitais, especialmente nas redes sociais da Meta, ampliando de forma exponencial o

risco do contato de menores de idade com material sexualmente sugestivo e potencialmente criminoso”, argumenta a AGU.

O tema sobre a erotização de crianças veio à tona nas últimas semanas após o influenciador Felca denunciar perfis que usam crianças e adolescentes para promover a adultização infantil. (Agência Brasil)

## Vacinas da dengue, gripe aviária e influenza para idosos são incluídas em programa de incentivo à inovação



Um dos projetos aprovados é a vacina Influenza adjuvada para a população 60+.

O Butantan teve três novos projetos para desenvolvimento de vacinas aprovadas no Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL), iniciativa do Ministério da Saúde que visa promover a inovação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e produtivas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Os projetos contemplados envolvem o desenvolvimento e a produção das vacinas da dengue, gripe aviária e Influenza adjuvada.

A partir do PDIL, esses imunizantes ganham apoio para serem desenvolvidos e fabricados com tecnologia e inovação nacional. “O programa reconhece a capacidade tecnológica do Butantan, que passa a ter estímulo e condições de desenvolver essas vacinas, criando competência interna e nacional em temas de desenvolvimento clínico, produção, escalonamento e inovação”, resume o diretor de Inovação e responsável pelo escritório de Inovação e Licenciamento de Tecnologia do Instituto Butantan (EILT), Cristiano Gonçalves.

Por meio do PDIL, o Butantan recebe apoio para a pesquisa de projetos de interesse da saúde pública e o desenvolvimento e a produção de imunobiológicos ainda inexistentes no mercado, mas que são de interesse do SUS. Dessa forma, a vocação do Butantan de desenvolver pesquisa e inovação de ponta como as vacinas, é fortalecida. Em contrapartida, as tecnologias que são desenvolvidas por meio desse programa são direcionadas para a criação de soluções inovadoras que serão ofertadas ao SUS.

“Competência para levar a pesquisa da academia para o mercado do Butantan já tem, porque possui uma cadeia bem estruturada de desenvolvimento de imunobiológicos. Com o PDIL, o Butantan consegue retroalimentar ainda mais a pesquisa aqui dentro”, ressalta Cristiano.

Por meio do programa, o Butantan conseguirá aprimorar a vacina Influenza que é distribuída gratuitamente à população pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI). A nova versão tem a mesma composição antigênica da Influenza sazonal, com os três tipos de vírus da gripe mais circulantes no ano anterior. A diferença é que ela ganha o acréscimo de um agente adjuvante, também desenvolvido pelo Instituto, que aumenta a resposta imune no organismo

de pessoas com mais de 60 anos.

Em relação à vacina da dengue (Butantan-DV) – que está nas etapas finais de aprovação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, o PDIL vai contribuir para que o Instituto aumente sua capacidade bioindustrial e vai apoiar a realização de ensaios clínicos que vão avaliar a extensão da faixa etária para o público acima de 60 anos, bem como a administração conjunta com a vacina Chikungunya.

Já a nova vacina Influenza pré-pandêmica, também aprovada dentro do PDIL e que está em desenvolvimento no Butantan desde março de 2024, surge da necessidade de manter um estoque estratégico nacional para o enfrentamento de uma possível pandemia de gripe aviária. A vacina será uma das primeiras no mundo a utilizar a cepa de vírus H5N8. “Vamos iniciar os estudos em humanos deixando todas as etapas de desenvolvimento de produto prontas. Com o produto desenvolvido e testado, conseguiremos produzir a vacina de maneira rápida e eficaz para a aplicação nas pessoas, em caso de um eventual surto”, destaca Cristiano.

De acordo com o diretor de inovação, nos últimos anos o Butantan tem direcionado esforços para se tornar referência na resposta rápida a emergências de saúde. São prova disso a vacina da dengue, que surgiu a partir do aumento de casos de dengue em 2015, e atuação do Instituto no combate à pandemia de Covid-19.

Além dos projetos da vacina da dengue, da influenza adjuvada e da influenza pré-pandêmica, o Butantan está em articulações para incluir no PDIL outras iniciativas, que também foram submetidas ao Ministério da Saúde.

### Sobre o PDIL e a inovação no Butantan

Os objetivos do PDIL, que foi criado em 2024 pelo Ministério da Saúde, são promover a produção industrial voltada à saúde no Brasil; induzir e fomentar o desenvolvimento e a inovação nacional para ampliar o acesso à saúde e reduzir a vulnerabilidade tecnológica do SUS; promover a capacitação de instituições científicas e produtores públicos, entre outros agentes, e contribuir para a transformação digital e ecológica. (Governo de SP)

## Governo vai migrar 4 milhões de contratos para app do consignado CLT

A partir desta quinta-feira (21) e até novembro, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) transferirá cerca de 4 milhões de contratos antigos para a plataforma Crédito do Trabalhador, que fornece crédito com juros mais baixos a trabalhadores com carteira assinada.

Os contratos antigos pertencem a funcionários que trabalham ou trabalhavam em empresas que tinham parceria com bancos para oferecer empréstimos com desconto das parcelas no salário.

No modelo antigo, as empresas privadas tinham de fazer convênios com determinado banco para possibilitar o desconto na folha de pagamento. O trabalhador CLT tinha a opção de pegar o crédito consignado apenas na instituição com a qual o empregador assinou o convênio e compartilhou os dados funcionais. Esse modelo será extinto em novembro.

Com o Programa Crédito do Trabalhador, mais de 70 bancos e instituições financeiras poderão ter acesso ao perfil de trabalhadores com carteira assinada através do eSocial, sistema ele-

trônico obrigatório que unifica informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados de todo o país. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o volume de crédito consignado privado poderá ultrapassar os R\$ 120 bilhões neste ano.

Desde junho, o trabalhador pode fazer a portabilidade de operações antigas do crédito consignado privado, escolhendo a instituição financeira que oferecer as melhores condições (como juros baixos e parcelas reduzidas).

O processo, no entanto, só pode ser feito por meio do aplicativo do banco ou nas agências bancárias.

A migração das operações antigas para a plataforma Crédito do Trabalhador, disponível no aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou na página de mesmo nome na internet, será feita pela Dataprev, estatal contratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego para elaborar a plataforma.

### Ampliação

Essa é a quarta etapa de ampliação da portabilidade da nova linha de consignado para traba-

lhadores CLT. Em abril, o trabalhador podia trocar dívidas caras por mais baratas dentro do mesmo banco. Em maio, começou a valer a migração do consignado para CLT entre bancos diferentes.

Desde junho, o trabalhador que contratou a nova modalidade de consignado privado poderá trocar de instituição financeira, escolhendo a que oferecer juros mais baixos.

Nessa etapa, qualquer dívida de qualquer banco pode ser migrada, inclusive as linhas do Crédito do Trabalhador contratadas desde março. No entanto, o procedimento podia ser feito apenas nos aplicativos e nos sites das mais de 70 instituições financeiras habilitadas no programa.

Também chamada de Consignado para CLT, a nova modalidade emprestou, até o fim da semana passada, R\$ 27,8 bilhões a 3.919.679 trabalhadores. Foram assinados 5.643.384 contratos, com juros médios de 3,58% ao mês. Cerca de 60% das operações atendem a trabalhadores que ganham até quatro salários mínimos.

### Como funciona

No aplicativo Carteira de Tra-

a favor do pagamento dos benefícios.

Além do relator, votaram no mesmo sentido os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Dias Toffoli, Edson Fachin e André Mendonça.

### Entenda

A Lei Maria da Penha definiu que a Justiça deve assegurar à mulher em situação de violência doméstica a manutenção do vínculo empregatício por seis meses. A medida vale para casos em que é necessário o afastamento do local de trabalho.

No entendimento de Flávio Dino, a manutenção do vínculo

trabalhista envolve a proteção das mulheres, incluindo a manutenção da renda.

Dessa forma, segundo o ministro, a mulher tem direito a um benefício previdenciário ou assistencial, conforme o vínculo com a seguridade social.

Segurado do INSS – No caso de mulheres que são seguradas do Regime Geral de Previdência Social, como empregada, contribuinte individual, facultativa ou segurada especial, os primeiros 15 dias de remuneração pelo afastamento será de responsabilidade do empregador. O período restante fica sob a responsabilidade do INSS.

Para quem não tem relação de

emprego, mas contribui para o INSS, o benefício deverá ser pago integralmente pelo órgão.

Não segurada – Dino entendeu que as mulheres que não são seguradas do INSS deverão receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Nesse caso, a Justiça deverá comprovar que a mulher não tem outros meios para manter a renda.

Atualmente, o INSS já paga auxílio por incapacidade temporária quando a mulher agredida fica impossibilitada de trabalhar.

Para cobrar o prejuízo aos cofres públicos, o órgão recorre ao Judiciário para responsabilizar os agressores pela concessão do benefício. (Agência Brasil)

## Violência doméstica: STF suspende julgamento sobre benefício a vítimas

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu nesta segunda-feira (18) o julgamento que vai decidir se mulheres vítimas de violência doméstica podem receber benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o período de afastamento do trabalho.

O julgamento virtual do caso começou no dia 8 de agosto e seria finalizado hoje, às 23h59. Contudo, o ministro Nunes Marques pediu vista (mais tempo para analisar) e suspendeu o julgamento. Não há data para retomada do caso.

Até o momento, há maioria de oito votos para confirmar o voto do relator, ministro Flávio Dino,

## Governo quer mapear países com dificuldades de hospedagem para COP30 e resolver caso a caso

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer mapear as delegações de países que afirmam ainda ter dificuldades com questões logísticas da COP30 (conferência de mudanças climáticas da ONU), sobretudo de hospedagem, para buscar resolver caso a caso.

O evento ocorre em novembro em Belém, no Pará. Desde que a conferência foi anunciada na capital paraense, o preço dos hotéis explodiu e a organização busca alternativas para dar conta tanto do preço da hospedagem quanto do déficit de leitos para acomodar as cerca de 50 mil pessoas que devem comparecer.

Nas últimas semanas, o governo brasileiro tem sido cobrado por delegações de outros países. Como mostrou a Folha de S. Paulo, dezenas de representantes de países assinaram uma carta pressionando pela mudança da sede de pelo menos parte do evento da capital paraense para outra cidade de ?a organização da cúpula tem reafirmado que não há chances de alterações.

A ideia é que o governo brasileiro faça uma espécie de meio de campo com as delegações, atuando para resolver o problema de cada uma delas individualmente. Isso seria coordenado por um grupo formado por assessores dos ministérios do Tu-

rismo e do Meio Ambiente, além de representantes da organização do megaevento.

O grupo passaria a assessorar cada delegação que entrar em contato com o governo brasileiro alegando dificuldades logísticas. Caberia ao grupo, por exemplo, indicar sugestões de acomodações na capital paraense que ainda estão disponíveis.

O tema foi discutido em reunião entre os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Celso Sabino (Turismo), além do presidente da COP30, André Corrêa do Lago, e Valter Correia da Silva, secretário extraordinário para a COP30.

“Pela primeira vez, o mundo vai debater sustentabilidade na porta de entrada da Amazônia, e Belém está se preparando para fazer história!”, escreveu Sabino nas redes sociais, em publicação que também mencionou a reunião.

Até aqui, o governo vem tentando contornar a crise dos preços de hotéis com duas frentes: processos administrativos via Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), do Ministério da Justiça, e no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Como mostrou a Folha, porém, as empresas se recusam a apresentar ao Executivo explicações

sobre os preços altos praticados para o evento.

Também foi iniciada a negociação para tentar construir um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), mas não houve, até aqui, acordo entre o setor e o governo.

Enquanto isso, o Brasil é pressionado pelos países que, no final de julho, realizaram uma reunião extraordinária da UNFCCC (o braço de clima da ONU) para cobrar dos organizadores da COP30 explicações sobre a situação.

Após o encontro, a UNFCCC compilou as reclamações e formulou 48 questionamentos para os quais o Brasil precisa apresentar esclarecimentos.

Na última segunda (11), o país enviou uma carta com as respostas para o órgão da ONU, que a compartilha com as outras nações. Uma nova reunião deve acontecer nos próximos dias ?depois de dois adiamentos.

Segundo pessoas que acompanham o tema, o plano do governo brasileiro é argumentar que as medidas tomadas até o momento ?como mobilização de navios cruzeiros, habitações do Minha Casa Minha Vida, incentivo ao aluguel pelo Airbnb e a criação do site de hospedagem? vão começar a surtir efeito a partir de agora e resolverão o problema.

Além disso, eles afirmam que

o governo tem atuado continuamente para sanar esses problemas, em contato permanente, por meio de várias instâncias, com os grupos estrangeiros.

Segundo as contas da organização da COP30, a cidade de Belém já dispõe de 53 mil leitos, mais do que os 50 mil calculados como necessários para acomodar todos os que devem comparecer.

Em nota, a presidência e a secretaria extraordinária para a COP dizem reafirmar o compromisso de realizar uma “conferência ampla, inclusiva e acessível, assegurando que todas as delegações tenham condições adequadas de participação”.

O texto também afirma que, para combater “preços abusivos”, a Senacon já abriu processo administrativo para “apurar práticas abusivas nas relações de consumo e eventuais indícios de crimes contra a economia popular”.

Os organizadores da conferência também afirmam que o plano de acomodação foi elaborado em conjunto com a ONU e está em “implementação por fases”, já tendo mapeado 53 mil leitos. Houve ainda, ressalta a COP30, o lançamento da plataforma eletrônica cop30.bnetwork.com, que concentra mais 2.700 quartos para o público. (Folhapress)

# Diogo Moreira vence a segunda do ano e esta perto da MotoGP

Járcio Baldi da Áustria

Uma vitória com “V” maiúsculo. Assim podemos chamar a grande conquista do brasileiro Diogo Moreira na Moto2 no último domingo, no belíssimo circuito Red Bull Ring, na cidade de Spielberg, Áustria. Após os GPs decepcionantes da Alemanha e República Tcheca, onde envolveu-se num grande acidente no primeiro e sendo penalizado e tendo que largar dos boxes no segundo, Diogo Moreira (Italtrans Racing Team) recuperou-se após as férias de verão com a conquista de vinte e cinco pontos, em uma corrida em que largou na 3ª posição mas tomou a liderança já na primeira curva, cruzando a linha de chegada com mais de dois segundos de vantagem sobre o segundo, Daniel Holgado. O brasileiro ainda viu o líder do campeonato, Manuel Gonzalez, abandonar a prova devido a um problema no radiador de sua moto. Com o resultado Diogo reapareceu na luta pelo título da categoria, estando a trinta e cinco pontos do líder, faltando nove etapas para o final do campeonato.

Diogo disse na coletiva após a prova que, ainda é cedo para pensar em título da categoria. O intuito é continuar trabalhando e melhorar a cada etapa. Uma coisa é praticamente certa: ele subirá à MotoGP em 2026, com ou sem título. O brasileiro é um privilegia-



Diogo Moreira

do e poderá escolher entre as duas grandes fábricas japonesas: Honda ou Yamaha. A Yamaha oferece um contrato de dois anos, talvez como companheiro do turco Toprak Razgatioglu na Prima-Pramac. Ao final do contrato, em 2028, Diogo encontraria fechada, a maioria das portas interessantes. Já na Honda, o contrato parece ser de três anos, sendo o primeiro ano seria na Equipe LCR de Lucio Cecchinello, ao lado de Zarco, para depois, seguir para a Equipe Oficial HRC. Ao final do contrato de três anos, Moreira estaria em condições de igualdade aos contratos dos demais pilotos do grid. A Ducati também sondou o piloto, mas Diogo teria que permanecer mais um ano na categoria Moto2, por falta de

vaga nas equipes gerenciadas pela fábrica italiana, o que não animou o piloto.

Perguntei sobre as ofertas e ele me disse que: “Por esses dias estudaremos as opções e veremos o que é o melhor para meu futuro, mas creio que o importante é ter um contrato de longa duração” disse Diogo indicando que o piloto está mais próximo da fábrica das asas douradas. Espera-se que no próximo final de semana, no GP da Hungria, o brasileiro já tenha tomado sua decisão.

Na MotoGP, Marc Marquez conquistou sua 8ª vitória, e é mais líder do que nunca, resta apenas saber em qual etapa se tornará campeão. O estreante da categoria Fermin Aldeguer chegou em segundo e Marco Bezzecchi com

a Aprilia fechou o pódio. Pecco Bagnaia continua sofrendo com sua Ducati GP25. Preciso abandonar na prova Sprint de sábado, e no domingo sofri para terminar em 8º. Perguntado se está ficando sem paciência, o piloto italiano disse que sim, mas que não teve respostas da Ducati pelo motivo que está sucedendo esse fracasso. “Fui rápido todo o final de semana, mas durante a prova não consegui manter os pneus. Sempre dou o meu melhor. E hoje, dando o meu melhor, terminei em oitavo. Todos estavam me ultrapassando de novo nas saídas de curva; eu não conseguia acelerar. Uma situação um tanto inusitada que espero que possamos me explicar” finalizou o bicampeão.

Na MotoE, Eric Granado ficou em terceiro na primeira prova e na segunda, quando lutava pelo segundo posto, caiu na última volta. Uma pena para o brasileiro, que ainda não se recuperou totalmente da fratura na perna direita, devido ao acidente que sofreu na primeira prova da temporada em Le Mans, quando foi atropelado pela moto de outro piloto. “Ainda tenho fortes dores e passo a maior parte do tempo fazendo fisioterapia e colocando gelo para melhorar” relatou o piloto num papo informal comigo na sala de imprensa.

A próxima etapa do Mundial ocorre já nesse próximo final de semana, no Circuito de Balaton, na Hungria.

## Brasileiros garantem os títulos do Sul-Americano na 27ª Meia Maratona Internacional do RJ



Pódio masculino da 27ª Meia Maratona Internacional do RJ

O Brasil conquistou, na manhã de domingo, os títulos do Campeonato Sul-Americano de Corrida de Rua, realizado na 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro. Nos 21 km, Núbia de Oliveira Silva venceu no feminino e no geral da prova, enquanto Fábio Jesus Correia sagrou-se campeão da América do Sul com o segundo lugar no geral da prova, vencida pelo queniano Nahason Kipsang.

Núbia, aliás, não só ganhou como recolocou o país no topo do pódio após sete anos, completando a prova, com largada no Leblon e chegada no Aterro do Flamengo, em 1h16min14. A segunda colocação foi da etíope Ayelu Lema Deme, 01h16min28, e a terceira da ugandense Emily Chebet, com 01h16min47.

No masculino, Fábio fechou os 21 km com a marca de 1h02min09 – melhor marca do ano e que o coloca em primeiro do ranking, ficando em segundo o equatoriano Luis Miguel Masabanda Ojeda, com 1h02min52, e o brasileiro Johnatas de Oliveira Cruz, com 1h03min04. O campeão no geral foi o queniano Nahason Kipsang, com o incrível tempo de 1h01min38, um dos melhores tempos do país na temporada 2025 para a distância, superando as demais provas realizadas.

Nas outras duas provas do Sul-Americano, o Brasil também levou a melhor. Nos 5 km, os primeiros lugares foram de Wallace Evangelista Caldas, 14min24, e Tatiane Raquel da Silva, 16min16. Já na prova da milha, os vencedores foram André Carlos Sousa Sales, 03min59, e July Ferreira da Silva Abrão, que com 4min41 estabeleceu o novo recorde brasileiro da prova – o anterior era de 4min47, também dela.

Na classificação geral das equipes, com os tempos dos três melhores de cada país, o Brasil foi o melhor no geral: 1. Brasil, 2. Colômbia, e 3. Uruguai. Venceu também nos gêneros, sendo que o vice no masculino foi do Uruguai e no feminino a Colômbia.

A 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro foi especial. A tradicional prova, que já foi o Mundial de Meia Maratona em 2008, desta vez também teve o Sul-Americano de Corrida de Rua. O evento acabou atraindo corredores de 25 países e muitos destaques para as duas competições. Essa mistura deu uma nova dinâmica à prova, que teve emoção do início ao fim.

Vencedora no Sul-Americano e geral, Núbia foi um dos destaques da prova. Ela se manteve com as estrangeiras desde o começo e, no final, acabou surpreendendo as adversárias. A atleta festejou o resultado. “Estou muito feliz. Ser campeã sul-americana aqui em nosso país é motivo de muita honra, muita gratificação, muito suor derramado e muita coragem. A corrida exige muita coragem e foi uma

prova boa, uma prova que oscilava muito o ritmo, as meninas estavam variando bastante de ritmo, mas Deus me deu força e eu consegui mais uma vez ser campeã. Obrigado a todos que torceram por mim. Quando eu passei por aqui, a energia tomou conta, me emocionou bastante, o pessoal gritando meu nome, falando ‘bora Brasil’ é isso. Agora vamos dar continuidade ao nosso trabalho”, destacou a campeã.

No masculino, a disputa também foi forte. Kipsang, que estreou no país, não sentiu a novidade e imprimiu o ritmo forte desde a largada, seguindo na ponta até a linha de chegada no Aterro do Flamengo. Apesar da boa vitória, ele destacou que a prova foi bem difícil. “Gostei muito da prova, mas o percurso é bem duro. No começo, percebi que os adversários estavam num ritmo muito lento e decidi acelerar. Deu certo e o dia terminou muito bem”, explicou o campeão.

Fábio Jesus Correia conseguiu brilhar mais uma vez na temporada. Ele, que venceu os 21 km na Maratona de Porto Alegre, com recorde, em junho, fez bonito na 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro. Após uma boa disputa pelo segundo lugar com o equatoriano Luis Miguel Ojeda, ele assumiu a vice-liderança na Enseada de Botafogo, assegurando o título da América do Sul e o segundo lugar mais alto do pódio no geral.

“Primeiramente, agradecer a Deus, à minha família e a todos que torcem por mim. Que me apoiem, minha Bahia, todo esse pessoal que passa esse carinho imenso. Eu agradeço a cada um deles de coração. Com tantos estrangeiros que tinha hoje aqui, saí bicampeão do sul-americano de meia-maratona e ainda com um excelente resultado e RP. Então, isso mostra que a gente está no caminho certo. Estamos trabalhando, é muita dedicação, muito esforço. Agradeço ao meu treinador Elvis, que sempre acreditou em mim. E falou que hoje a gente ia bater um RP e carimbou. E também à organização da prova pela excelente organização”, declarou.

A 27ª Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro CAIXA tem organização e realização da Yescom, com parceria esportiva do Sesc, é apresentada pela Movida, com patrocínio CAIXA e Governo Federal, Assai, Smart Fit, RVB, Liquidz e Etapp. Patrocínio especial de Café 3 Corações, apoio de Montevérge, Antilhas, Copra, Espaço Laser, Polpanorte, Bendita Cãnfora, Poise, Mandubim, Mania de Castanha, Yopp, Cinépolis, Clube Uol, Skechers, Mantiqueira Brasil, Dois Cunhados e Freakin Awesome. O apoio especial é da Prefeitura do Rio, RioTur, Visit Rio e supervisão de World Athletics, AIMS, Atletismo Brasil e FERat.

## Cesar Ramos vence primeira de um Toyota Corolla Cross diante de casa cheia em Curvelo



Felipe Baptista conquistou posições importantes para fechar prova em segundo

O desfecho da quinta etapa da temporada 2025 da BRB Stock Car Pro Series foi muito bem-sucedido para Cesar Ramos, a Ipiranga Racing e a Toyota. O experiente gaúcho de 36 anos liderou praticamente de ponta a ponta a corrida principal no domingo (17) de muito calor no Circuito dos Cristais, em Curvelo, na região central de Minas Gerais (MG). Nem mesmo a intervenção do safety-car a dez minutos para o fim da prova, em cenário que juntou o pelotão, colocou em risco o quarto triunfo do piloto da equipe baseada em Petrópolis (RJ).

Foi a primeira vitória da Ipiranga Racing e de um Toyota Corolla Cross nesta nova era SUV de carros da Stock Car. Igualmente, foi a primeira vez que Ramos escalou o topo do pódio neste ano. O piloto recebeu o troféu pela conquista em Curvelo das mãos de Gabriel Bortoleto, jovem que representa o Brasil no Mundial de Fórmula 1. Cesar levou pra casa o Troféu Vivo Man of the Race como o maior pontuador do fim de semana (114 tentos).

Outro grande destaque neste fim de semana foi o público maciço nas arquibancadas e nos camarotes, reforçando o amor do mineiro pelo automobilismo para acompanhar uma jornada de muita velocidade com a BRB Stock Car, o TCR South America Banco BRB e o TCR Brasil Banco BRB.

Felipe Baptista (CAR Racing KTF) trilhou uma corrida de forte ritmo, fez ultrapassagens precisas e tirou proveito de disputas com adversários à sua frente, largou em sexto e cruzou a linha de chegada na segunda colocação com o Mitsubishi Eclipse Cross #121. Também com carro da marca dos três diamantes, Felipe Fraga (Eurofarma RC) obteve resultado muito importante em termos de campeonato e garantiu o terceiro lugar, que veio na esteira de revés sofrido pelo companheiro de equipe Gaetano Di Mauro, que foi punido com drive-through por queima de largada e terminou em 23º, fato que ajudou a incendiar o campeonato.

Em fim de semana dos mais consistentes, Felipe Massa (TMG Racing) garantiu mais um top-5 e finalizou a prova deste domingo em quarto lugar, sendo o melhor colocado com Chevrolet Tracker, seguido por Enzo Elias (Scuderia Bandeiras). Autor da melhor volta do fim de semana e dono do Troféu Intelbras em Curvelo, Thiago Camilo (Ipiranga Racing) terminou em sexto, à frente de Lucas Foresti (A.Mattheis Vogel). Rafael Suzuki (TMG Racing) concluiu a disputa em oitavo, à frente de Arthur Leist (Crown Racing) e Guilherme Salas (Valda Cavaleiro Sports), o décimo colocado.

**A festa do pódio** — Dono de domingo em Curvelo, Cesar Ramos enalteceu a performance bastante segura com seu Toyota Corolla Cross para ser o oitavo vencedor diferente em nove corridas em 2025. “Cuidei bastante do carro e dos pneus porque sabia que poderia acontecer algo como o safety-car. Mesmo assim, consegui controlar bem, tinha push para todas as voltas, e aí foi levar o carro pra casa”.

Por sua vez, Felipe Baptista destacou a maneira como cresceu no pelotão e conseguiu avançar de sexto para segundo, sendo mais um a registrar resultado de grande importância na temporada. “Achei um espaço bom ali na largada. Ganhei boas posições, uma delas em disputa bem limpa com o Gabriel Casagrande. Meio que deu tudo certo na corrida: fiz boas ultrapassagens e aproveitei os enrosocos entre os pilotos. Assumi a segunda colocação com ritmo bom e poupança pneus. Também poupei pushes durante a corrida e quase fui pra cima do Cesar, mas ele estava com um rit-

mo muito forte. Mas foi tudo muito bom, levar o carro pra casa e marcar bons pontos para o campeonato”.

Felipe Fraga foi outro que concluiu a jornada em Minas Gerais com um largo sorriso. “Foi uma pena o começo da corrida com a perda de posições. Depois do pit-stop, o meu carro ficou ótimo. Pressionei o Felipe Baptista até o fim, mas é uma pista difícil de ultrapassar, mas não quis arriscar muito e pensei no campeonato. Muito feliz com o fim de semana”.

**Campeonato aberto** — Os resultados deste domingo mudaram completamente o cenário da temporada. Se o sábado teve Gaetano Di Mauro na liderança com vantagem de 47 pontos, tal diferença foi reduzida para apenas 11 tentos.

Di Mauro tem 360 pontos, contra 349 de Fraga, seu companheiro de equipe. Felipe Baptista deu o salto importante e entrou de vez na luta pelo título: terceiro colocado, o jovem paulista de 22 anos soma 344 tentos, dois a mais em relação a Guilherme Salas, quarto na tabela. Cesar Ramos é outro piloto posicionado, em quinto, com 326.

Outro que faz campeonato bastante forte é Enzo Elias, sexto melhor colocado, com 291 pontos. Arthur Leist é o sétimo, com 283, seguido por Nelson Piquet Jr., que soma 266. Thiago Camilo é o nono, com 252, e Gianluca Petecof completa a relação dos dez primeiros da temporada, com 235.

A BRB Stock Car volta a acelerar para completar a primeira metade da temporada 2025 dentro de três semanas, entre 5 e 7 de setembro, no retorno da categoria ao Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel, no oeste do Paraná.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISMAS abra legal adjORIBR JORNAL DO INTERIOR